

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS- UNICAMP

Bárbara Ferreira Russo

OS IMPACTOS DA REFORMA PROTESTANTE NA
EDUCAÇÃO

Campinas/2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS- UNICAMP

Bárbara Ferreira Russo

OS IMPACTOS DA REFORMA PROTESTANTE NA
EDUCAÇÃO

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como exigência parcial para conclusão de curso de Graduação em Pedagogia, sob orientação do Prof. Dr. Renê José Trentin Silveira.

Campinas/2012

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

R921i

Russo, Bárbara Ferreira, 1990-
Os impactos da reforma protestante na educação /
Bárbara Ferreira Russo. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Renê José Trentin Silveira.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) –
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Educação – História. 2. Protestantismo. I. Silveira,
Renê José Trentin, 1963- II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

12-265-BFE

DEDICATÓRIA

Dedico a todos que se interessam e acreditam na educação. E em especial ao meu marido Henrique, pelo apoio e pela paciência. Aos meus pais, Gilberto e Neiva que sempre me incentivaram e apoiaram minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar condições e disposição para realizar esta pesquisa

Agradeço imensamente ao meu orientador, Prof. Dr. Renê José Trentin Silveira, pelo seu voto de confiança, por sua exigência e por me auxiliar a aprimorar meu trabalho e minhas pesquisas sobre o tema escolhido.

Agradeço ao Prof. Dr. José Luis Sanfelice, pela disposição em atuar como segundo leitor deste trabalho.

Agradeço também à minha família, pois influenciou imensamente em quem sou hoje e na pedagoga na qual me formei.

“De minha parte, se pudesse ou tivesse que abandonar o ministério da pregação e outras incumbências, nada mais eu desejaria tanto quanto ser professor ou educador de meninos. Pois sei que, ao lado do ministério da pregação, esse ministério é o mais útil, o mais importante e o melhor. Inclusive tenho dúvidas sobre qual deles é o melhor [...]”.

Martinho Lutero



Martinho Lutero (1483-1546)

RESUMO

Esta pesquisa se dedica a investigar as influências da Reforma Protestante na Educação, principalmente na Alemanha do século XVI.

No período medieval a Igreja Católica tinha hegemonia cultural e educacional e o ensino por ela controlado era, em grande parte, privilégio do clero e dos filhos de famílias nobres.

Martinho Lutero (1483-1546) se rebelou contra a Igreja Universal de Roma, dando início ao que posteriormente seria chamado de Reforma Protestante. Esta Reforma exprime, sobretudo, necessidades sociais e políticas concretas, trazidas pelas transformações na base material da sociedade, das quais resultou o advento do capitalismo. Entre essas necessidades estava a de instrução popular e de um ensino universal. É nesse contexto que Lutero irá considerar a educação como um dever do Estado e a alfabetização das massas populares como requisito para que os fiéis tivessem acesso direto às Escrituras sagradas. Portanto, o advento da Reforma opera uma profunda revolução educacional.

Como, porém, essa Reforma impactou a educação? Este é o problema essencial da presente pesquisa, de natureza bibliográfica, que procurará abordá-lo através de textos e documentos que elucidam o século XVI e dos próprios escritos de Martinho Lutero.

O trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro se dedica à exposição do contexto histórico da Reforma Protestante na Alemanha, destacando o papel da religião, a mudança na concepção do trabalho e a pedagogia humanista; o segundo traz alguns dados biográficos de Martinho Lutero, os quais são importantes para ajudar na compreensão de seu pensamento; o terceiro discute aspectos do pensamento pedagógico

de Lutero, dentre os quais se destacam: a defesa da escola para todos, pública e obrigatória, mostrando o dever do Estado em manter as instituições escolares; aspectos do currículo escolar; a importância do ofício do educador; as posições de Lutero sobre as relações de gênero e a educação da mulher; a dimensão lúdica contida nos métodos de ensino propostos pela educação reformada. Na conclusão procuro mostrar os avanços e permanências no âmbito educacional presentes em Lutero e alguns dos principais impactos deixados na educação pela Reforma.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 01

CAPÍTULO I- CONTEXTO HISTÓRICO DA REFORMA PROTESTANTE NA
ALEMANHÃ 06

1. O conceito de trabalho 08

2. O papel da religião 12

3. A pedagogia dos humanistas 15

CAPÍTULO II- MARTINHO LUTERO: ASPECTOS BIOGRÁFICOS 20

CAPÍTULO III. A ESCOLA PARA TODOS: PÚBLICA E OBRIGATÓRIA 27

1. A pedagogia luterana 28

2. De quem é o dever de educar? 29

3. O ofício de ensinar e o currículo escolar 31

4. As relações de gênero, a educação da mulher 34

5. A dimensão lúdica na proposta educacional reformada: métodos de ensino 36

CONCLUSÃO 40

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 44

ANEXOS 46

INTRODUÇÃO

Ao ler a bibliografia sobre o tema, vejo o quanto são imensas as influências da religião sobre a educação, em diversos povos, e como, também em nossa cultura judaico-cristã ocidental, ela deixou marcas significativas ao longo da história.

Com a Reforma Protestante, ocorrida na Europa no século XVI, houve modificação de conceitos, valores, visões de mundo e um dos aspectos dessa mudança foi com relação à educação.

Durante a Idade Média, o saber oficial consistia na doutrina cristã e culminava na teologia. A “ciência”, sendo vista como um dom de Deus era privilégio do clero. A Igreja até mesmo chegara a abrir escolas episcopais para leigos, mas, em suma, havia um monopólio eclesiástico da instrução.

A sociedade de então, na qual a Igreja Católica tinha a hegemonia, estava sofrendo abalos em seus fundamentos políticos e morais, já que passava por transformações econômicas e culturais, impulsionadas pelo advento do capitalismo e pelas exigências da burguesia comercial, dos intelectuais humanistas, das camadas populares, enfim, dos setores que se envolviam mais diretamente nessas transformações.

As mudanças culturais e morais são, em grande parte, reflexo das transformações econômicas. São essas mudanças econômicas que vão dar origem à burguesia e ao capitalismo e que, no plano religioso, vão exigir uma nova ética, abrindo espaço para a Reforma.

Essas transformações, aos poucos, introduziram um novo modo de produção que, antes artesanal e voltado predominantemente para a subsistência, passou a ser cada

vez mais voltado à produção de excedentes destinados ao comércio, visando ao lucro e à acumulação. Isso gerou também uma sensação de mobilidade social que antes, pela forma como se estruturava a sociedade feudal, não existia: os que possuíam a terra, que eram o clero e a nobreza, possuíam também os servos que trabalhavam em seus domínios em troca de sustento e proteção. Com essa nova camada de comerciantes surgindo, através dessa nova forma de produção, o dinheiro ganhou lugar de destaque na economia e o trabalho passou a ser visto como meio de mobilidade social, inclusive pelas camadas populares.

A instrução até então não era difundida universalmente. Com a Reforma e outros movimentos heréticos, houve uma propagação da mesma, com o fim de que cada um pudesse ler e interpretar pessoalmente a Bíblia, sem a mediação do padre, por exemplo. Como diz Manacorda (1989) “promoveram a difusão da instrução a fim de que cada um pudesse ler e interpretar pessoalmente a Bíblia, sem a mediação do clero” (MANACORDA, 1989, 194).

Não somente a instrução daria às camadas populares acesso à leitura pessoal da Bíblia, mas também essa universalização do ensino seria importante para a nova camada de trabalhadores existentes, por ser uma instrução preocupada com a sua utilização para a vida prática. Vemos que esse pragmatismo, nova característica dessa universalização do ensino, vem ao encontro das necessidades surgidas a partir das mudanças ocorridas na base econômica da sociedade, as quais incluíam a instrução da nova camada de trabalhadores.

Com os valores da velha e da nova sociedade se defrontando, e a escola assumindo um papel social na formação dos indivíduos, as concepções de mundo vão se alterando, como já dito.

Lutero, um dos maiores representantes da Reforma na Alemanha, propunha instituições escolares públicas, afirmando o direito-dever de todo cidadão em relação ao estudo elementar, lançando assim as bases da educação originalmente autônoma e dando oportunidade a cada um de se aproximar de forma pessoal aos textos sagrados. Com efeito, para ele, a educação da juventude era a “razão principal da nossa existência” (apud, JARDILINO, 2009. p, 85) e não haveria pecado maior do que não educar uma criança.

Para Lutero, a educação não era somente um meio de se chegar a Deus, mas também uma forma de auxiliar as cidades a terem jovens aptos a governar. Para tanto, deveriam ser bem instruídos e capazes, o que estava em conformidade com o plano de Deus para suas criaturas. Como ele diz em um de seus discursos:

“Senão existissem nem a alma nem o Paraíso nem o Inferno, e ainda se não se devesse levar em consideração apenas as questões temporais, haveria igualmente necessidade de boas escolas masculinas e femininas, e isso para poder dispor de homens capazes de governar e mulheres em condições de conduzir bem suas casas” (apud, CAMBI, 1999, p. 249).

Há, nessa afirmação de Lutero, também um sentido conservador, de reprodução dos papéis sociais de gênero, algo que ainda não era suficientemente questionado naquele momento.

No centro da vida escolar deveria estar o mestre, que pode até mesmo substituir a família, no caso da mesma se mostrar incapaz de desempenhar adequadamente seu papel formativo, pois a ignorância é inimiga da fé. Esta é uma diferença importante em relação ao pensamento predominante na Idade Média, período no qual o conhecimento era visto como uma ameaça para a fé, e não uma ferramenta de acesso a ela, como defende Lutero.

Podemos observar, portanto, como o pensamento reformista permeia as bases e a visão de mundo da sociedade alemã, definindo outros padrões e conceitos e repercutindo na história ocidental.

A pesquisa aqui relatada procurou responder à seguinte pergunta: Como a Reforma Protestante repercutiu na educação? A delimitação estabelecida foi à Alemanha dos séculos XV e XVI, contexto no qual procurei analisar como se deu a relação entre a Reforma e a educação, focando principalmente a universalização da instrução básica como resposta à necessidade de alfabetização das massas visando a atender às demandas políticas, econômicas, sociais e religiosas.

Em minhas análises, procurei adotar uma perspectiva histórica, amparada em alguns manuais de história da educação, como os de Mario Manacorda (História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias, 1989) e Franco Cambi (História da Pedagogia, 1999), mas também em textos cujos autores se dedicaram a um recorte mais preciso da época, como Lucian Febvre (Lucien Febvre : história, 1978) e Pierre Chaunu (O tempo das Reformas (1250-1550) II. A Reforma Protestante, 1975), entre outros. Busquei, também, na medida do possível, utilizar escritos do próprio Martinho Lutero.

O texto encontra-se estruturado em três capítulos. No primeiro, trato do contexto histórico em que se dá o advento da Reforma, mostrando a Alemanha nos séculos XV e XVI, as mudanças na base econômica da sociedade e as dinâmicas sociais sendo moldadas a partir desse movimento, o início do capitalismo, o papel da religião e a mudança no conceito de trabalho,. No segundo trago alguns aspectos biográficos de Martinho Lutero, personagem que protagonizou a Reforma Protestante. No terceiro, abordo algumas características fundamentais da proposta educacional da Reforma, destacando: a afirmação pioneira do dever do Estado em manter as instituições escolares; aspectos relativos ao currículo escolar; o ofício do educador, que segundo

Lutero seria o mais oneroso de se praticar; aspectos das relações de gênero, presentes nos textos de Lutero, relacionados à educação da mulher; e, por fim, a dimensão lúdica da pedagogia da Reforma, associada aos métodos de ensino por ela preconizados. Na Conclusão, respondendo ao problema que motivou esta pesquisa, procuro mostrar os impactos da Reforma Protestante, seus avanços e permanências, por mim constatados, na educação e que, em boa medida, se fazem presentes ainda hoje.

CAPÍTULO I - CONTEXTO HISTÓRICO DA REFORMA PROTESTANTE NA ALEMANHA

Para realizar o presente trabalho fez-se necessária uma análise de como se deu historicamente o processo de transformação da sociedade europeia, em particular no caso da Alemanha.

A Alemanha, em 1517, segundo o historiador Febvre (1978) era formada por um conjunto de cidades e principados ainda sem unidade, o que é fundamental para analisarmos o contexto reformista. Os “alemães” falavam diferentes dialetos, praticavam diversos costumes, formavam uma “nação” no sentido medieval da palavra, pois não eram agrupados solidamente em um Estado bem unificado e centralizado.

Não havia um rei na Alemanha, ao contrário do que já ocorria há muito na França e na Inglaterra, países que sabiam como, nos momentos de crise, reunir energia em torno de seu monarca e de sua dinastia. Na Alemanha havia um Imperador, mas este era apenas um título, e seu império apenas uma demarcação territorial, na qual até mesmo os bispos tinham mais voz. Como esclarece Febvre (1978):

[...] Nesse país, sua autoridade decaía cada vez mais, isso se dava por que a própria grandeza impossibilitava a atuação desse soberano de outra época. Ela o mantinha subjugado aos verdadeiros senhores dos países germânicos; os príncipes, as cidades (FEBVRE, 1978, p 82).

O que preocupava os príncipes, que tinham sobre o Imperador grande superioridade, era a fortuna de sua casa, a riqueza de sua dinastia. Eles possuíam concentração política e territorial, formando assim, segundo Febvre (1978), uma Alemanha principesca.

As cidades alemãs no século XVI encontravam-se em pleno esplendor. Havia cerca de vinte capitais densamente povoadas e gloriosas, com suas próprias instituições, indústrias, artes, costumes, igrejas e com uma burguesia em franca atividade.

Em meio a esses domínios principescos, existia uma outra Alemanha, um país aberto entre as muralhas, dominado por senhores ávidos por riquezas, com camponeses incultos e grosseiros e por vezes miseráveis, primitivos, estranhos à cultura urbana. Dessa forma, este país fragmentado deixava os próprios alemães em uma situação de sofrimento, como esclarece Febvre (1978):

Os alemães, tão orgulhosos de suas fortunas, de seu sentido dos negócios, de seus êxitos vistosos, sofriam com essa situação. Sofriam por não formarem mais que um país dividido, feito de pedaços e fragmentos, sem chefe, sem cabeça: um amálgama confuso de cidades autônomas e de dinastias mais ou menos poderosas (FEBVRE, 1978, p 85).

A organização de poderes se dava da seguinte forma: diante do Papa, o Imperador tinha seu papel tradicional a desempenhar, de chefe temporal da cristandade, respeitando, porém, a autoridade papal. Entretanto, todas as camadas da sociedade alemã estavam insatisfeitas: os burgueses e os camponeses, por pagarem muitos tributos; os príncipes e os nobres, pois cobiçavam os belos e vastos domínios da Igreja alemã e almejavam mais poderio.

Para a burguesia, a busca por dinheiro, por lucros, por riquezas, passa a ser o novo ideal. A mentalidade artesã, da Idade Média, é colocada em questão, pois essa prática não gera lucro suficiente. A noção do justo preço, mantida por magistrados encarregados da manutenção e da boa qualidade visando somente ao consumidor, estava expirando, o que favorecia ainda mais a exploração dos fracos e pobres. A Igreja não agradava a essa nova classe que estava surgindo, pois segundo Febvre (1978), sua

mentalidade ainda medieval, com suas proibições e tradições, representavam um entrave ao seu desenvolvimento e um peso inoportuno.

A Europa se torna um mosaico de diversidades sociais e culturais, sacudida pela quebra de valores da Igreja Católica medieval e pela ascensão da burguesia, abrindo caminho para o desenvolvimento de pequenos burgos, vilas, comércios, para a ampliação de portos e a criação de indústrias, tornando-se, assim, palco de grandes agitações e reivindicações políticas e religiosas populares.

Por sua vez, o avanço na consciência social, aliado ao desenvolvimento da hermenêutica bíblica, ajudam a transformar os movimentos religiosos em movimentos sociais e populares relevantes para a transformação da sociedade em curso.

O grande clima de insatisfação social, dessa Alemanha inquieta e dividida, ansiava por um homem com voz suficientemente forte para levantar em um movimento unânime os alemães. Dezenas de projetos de reforma são realizados no Império, em fins do século XV. Nenhum, porém, teve êxito, pois quanto mais se falava em aumentar a força do Imperador, em criar um exército imperial, uma justiça imperial, finanças imperiais sólidas e eficazes, mais restrições apareciam.

Podemos ver então que a Alemanha, conforme diz Febvre (1978), além de desunida, era uma nação heterogênea, repleta de inquietações sociais. E é a partir deste contexto de transformações econômicas e sociais que vemos a Reforma Protestante florescer.

1. O conceito de trabalho

A sociedade feudal era estática e, nela, o trabalho manual era realizado basicamente pelos servos e artesãos, numa produção voltada essencialmente à subsistência, tanto sua e de sua família, quanto dos nobres e do clero, proprietários das

terras. Somente o trabalho intelectual, praticamente restrito ao clero, era valorizado. Com o advento do capitalismo comercial, essa concepção do trabalho terá que se modificar, e a Reforma trará os ingredientes éticos e religiosos necessários a essa mudança.

Segundo Manacorda (1989), nos séculos XV e XVI constitui-se um modo de vida mais dinâmico e mundano, enquanto na base material da sociedade desenvolve-se um novo modo de produção, que acabará por revolucionar o das velhas corporações artesanais.

Com isso, há uma evolução quantitativa da instrução, fortemente exigida pela invenção da imprensa e pelo desenvolvimento econômico e social verificado nesses séculos. Começa-se a falar em uma instrução útil também para as classes subalternas e produtoras, ao mesmo tempo em que o trabalho manual produtivo passa a ser visto com mais respeito.

As classes destinadas à produção, cujos membros eram, antes, tratados simplesmente como servos, agora passam a ser consideradas alvo da evangelização, devendo, assim, ser incluídas na instrução. Diz Manacorda: “De fato, é agora que começa a se propor novamente o problema do como e quanto instruir, a quem é destinado não tanto ao domínio, mas à produção” (MANACORDA, 1989, p. 193). Vemos, portanto, como a concepção de instrução útil passa a permear também o âmbito do trabalho, atuando no sentido de valorizá-lo. De fato, passa-se a olhar com outra perspectiva as camadas subalternas e o trabalho por elas realizado.

Com as transformações econômicas, que provocaram mudanças no modo de produção, agora voltado para a produção de excedentes visando ao lucro, e com o incremento do comércio e da produção agrícola em pequenos latifúndios, a burguesia em ascensão passa a olhar para o trabalho como algo a ser valorizado, incentivado,

inclusive por se tratar de um meio para a salvação do homem. Tal interpretação se ajusta como uma luva às mutações por que passava a sociedade naquele momento.

Afirma-se, assim, uma visão positiva do trabalho como algo, embora oneroso para o homem que o pratica, também portador da oportunidade de mobilidade social, de ascensão por meio do esforço pessoal, visão essa amparadas no humanismo, como veremos mais a frente.

Essa nova mentalidade sobre o trabalho encontra respaldo em novas interpretações bíblicas, sobretudo dos escritos do apóstolo Paulo. Em sua Segunda Carta aos Tessalonicenses (capítulo 3, versos 7-8), por exemplo, considera que o trabalho edifica aquele que o pratica, sendo este digno de seus frutos. Ele diz: “Bem sabeis como deveis imitar-nos. Não vivemos de maneira desordenada em vosso meio, nem recebemos de graça o pão que comemos; antes, no esforço e na fadiga, de noite e de dia, trabalhamos para não sermos pesados a nenhum de vós”. (BLÍBLIA, 2009 p. 1171).

Vemos aí um estímulo religioso que fundamenta e fortifica a nova concepção de trabalho, contrária à que até então predominava na sociedade servil e estática e que o via como um castigo de Deus pelo pecado cometido pelo homem. Essa nova concepção do trabalho, que anda junto com as transformações por que passava a sociedade, representa um estímulo aos trabalhadores (e, conseqüentemente, à produção) e fornece os fundamentos éticos e religiosos para o novo modo de produção, o capitalismo.

Antes o trabalhador produzia para seu próprio sustento, podia se ver no produto de seu trabalho, pois este era por ele controlado e repleto de significado. No entanto, esse trabalhador não era sociamente valorizado. Em meio a essas mudanças na base material da sociedade e a necessidade de produção em grande escala, tornou-se indispensável uma nova visão do trabalho, a fim de justificar as novas relações de

produção e a obtenção de lucros. Para tanto, era preciso reler as cartas de Paulo. Na sequência da passagem anterior (versos 10 a 12), diz o apóstolo:

Porque, quando ainda estávamos convosco, vos mandamos isto, que, se alguém não quiser trabalhar, não coma também. Porquanto ouvimos que alguns entre vós andam desordenadamente, não trabalhando, antes fazendo coisas vãs. A esses tais, porém, mandamos, e exortamos por nosso Senhor Jesus Cristo, que, trabalhando com sossego, comam o seu próprio pão. (BÍBLIA, 2009, p. 1171).

Assim como em outras passagens, aqui Paulo se refere ao trabalho como algo edificante, proveitoso e mesmo necessário para justificar a retribuição com o alimento. Dessa forma, no período em questão, passa-se a enfatizar esta interpretação mais positiva do trabalho, que aponta para a possibilidade da mobilidade social por meio do esforço pessoal. Tal mentalidade vem ao encontro das mudanças econômicas que exigiam também mudanças sociais e culturais. De uma sociedade estática, passa-se a uma outra, na qual, aparentemente, existem mais perspectivas e opções de ascensão. Novamente citando Paulo, desta vez em sua carta a Timóteo, no capítulo 5, verso 18, ele diz: “Digno é o obreiro do seu salário.” (BÍBLIA, 2009, p. 1172).

Essa interpretação mais positiva do trabalho será adotada, aprofundada e difundida pelos reformadores, visto que essa nova mentalidade era necessária para a consolidação da nova sociedade.

A Igreja Católica não negava inteiramente esta interpretação que dava valor do trabalho, mas preferia enfatizar outros aspectos, também legitimados biblicamente, como a valorização da humildade, dos pobres, o alerta para os perigos das riquezas, a importância de se esperar em Deus, como afirma o apóstolo Tiago no capítulo 5 de sua carta, versos 1 a 3:

Eia, pois, agora vós, ricos, chorai e pranteai, por vossas misérias, que sobre vós hão de vir. As vossas riquezas estão apodrecidas, e as vossas vestes estão comidas de traça.

O vosso ouro e a vossa prata se enferrujaram; e a sua ferrugem dará testemunho contra vós, e comerá como fogo a vossa carne. Entesourastes para os últimos dias (BÍBLIA, 2009, p. 1194).

Ou, nas palavras do evangelista Marcos, no capítulo 10, verso 25, que diz: “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha, do que entrar um rico no reino de Deus.” (BÍBLIA, 2009, p. 983). Vemos nestes excertos como seria interessante para a Igreja Católica dar esse tipo de ênfase às riquezas, pois, na sociedade até então instalada, a maioria do povo, as classes subalternas dificilmente conseguiriam ter acesso a tais bens. Naquela sociedade feudal estática, portanto, era necessário valorizar a humildade, o conformismo, a resignação de todos.

Acredito que o contexto histórico onde são lidas as escrituras determina, em grande parte, a ênfase dada pelas interpretações, as quais estão de acordo com as necessidades dos interpretes e da sociedade, em cada momento histórico, pois os mesmos ensinamentos podem legitimar e sustentar perspectivas diferentes.

Nos séculos XV e XVI, com o Protestantismo, que possui suas bases no humanismo, as necessidades individuais passam a ser vistas como relevantes, o esforço pessoal a ser valorizado como meio para adquirir o próprio sustento através do trabalho e se enfatiza a necessidade de um relacionamento pessoal com Deus através da leitura individual da Bíblia, sem intermédio de terceiros.

2. O papel da religião

Segundo o historiador José Jardimino (2009), estudar o campo sociorreligioso da Europa dos séculos XIV e XV é pisar em um terreno minado, pois interpretações variadas se movimentam, desde o ponto de vista de um “historiador católico pessimista catastrófico”, até o de um “historiador protestante” otimista, propenso a ver na Reforma um movimento de volta às origens da espiritualidade cristã. Nas palavras de Jardimino:

“O clima religioso do século XV retrata uma igreja doente em todo o seu organismo, cabeça e membros, e chamando pela Reforma, mas sem o prognóstico de uma catástrofe, como a que estava para acontecer” (Jardilino, 2009, p. 17).

A Alemanha antes estática, hierarquizada, feudal, na qual a escolarização podia ser restrita a poucos, passa a ser uma sociedade em que a educação básica se torna um aspecto importante também para as massas e não somente para o clero.

A religião possui um papel estratégico na ação do homem na construção do mundo e de sua identidade. Com os avanços científicos, particularmente nas teorias físicas, levantam-se questões sobre o sentido da vida, a origem do universo e do homem, as quais fazem com que os indivíduos questionem a religião, tal como ela então se apresentava. Um dos aspectos questionados, por exemplo, era a celebração das missas em latim, que poucos entendiam e das quais muitos participavam apenas por devoção e costume. De fato, um dos alicerces da Igreja Católica era a manutenção das tradições e da ordem feudal instalada.

O colapso no mundo medieval trouxe a necessidade de pertencimento, de identidade, de objetividade, pois até então o subjetivo, o inexplicável e a fé serviam de justificativa para todas as perguntas relacionadas aos temas acima mencionados. Houve uma ruptura na forma de entender a relação entre o homem e a natureza, e a religião então passou a desempenhar uma nova função social: a de estabelecer valores que conduzam à racionalização das condutas dos indivíduos naquele novo tipo de sociedade.

A sociedade feudal estabelecia relações de poder em que os donos da terra, os suseranos, utilizavam os vassalos como servos que trabalhavam em troca de proteção e de um lugar no sistema de produção. Nesta sociedade estática, a nobreza, detentora de terras, arrecadava os impostos de seus vassalos, enquanto o clero detinha o poder

espiritual e também financeiro. Além disso, a moral estabelecida, a forma de pensar e de se comportar eram moldadas pela religião.

Segundo Manacorda (1989), grande parte da população era desprovida de educação. Apenas os filhos dos nobres estudavam e esse ensino era marcado pela influência da Igreja. Ensinavam-se o latim, doutrinas religiosas e táticas de guerras. A cultura, de maneira geral, era influenciada pela religião, já que a forma de pensar, de agir, as formas de trabalho, os hábitos e costumes nas relações interpessoais, tudo isso era, em grande parte, ditados pela religião. De fato, a sociedade atribuía grande importância à Igreja, pois esta era tida como guia para recorrer em todas as necessidades. Até mesmo os príncipes e o Imperador estavam abaixo das autoridades papais. Vale lembrar que a Igreja também possuía grande poderio econômico, por ser grande detentora de terras.

Para demonstrar a função ideológica da religião, marcante na sociedade, Marx (1972) diz: “A religião não passa de um sol ilusório que gravita em volta do homem enquanto o homem não gravita em volta de si próprio” (apud JARDILINO, 2009, p. 17).¹ O autor realiza um grande salto, o qual, obviamente, não seria possível no contexto que estamos estudando, pois sua crítica mostra que a religião tem um papel de legitimar, justificar e deformar a realidade, e que deixa marcas na cultura e na visão de mundo da sociedade. Para ele, a religião tem, na verdade, um papel contraditório: ao mesmo tempo em que falseia a realidade, também a revela, pois explicita a condição do oprimido que vive da alienação religiosa. Como se a religião fosse uma necessidade para o homem suportar as condições de exploração e miséria em que vive, algo a que se

¹ A crítica de Marx à religião é, em grande parte, baseada na posição de Feuerbach sobre esse tema. A esse respeito, ver: MARX, 1991.

apegar e que o sustente, mesmo que se trate de algo ilusório. A superação dessa alienação religiosa exigiria a superação das condições reais de exploração que tornam a religião necessária. Mas a presença dessa alienação e sua crítica também mostram a necessidade dessa superação. Como afirma Marx, (1991): “A exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões.”.

Tal análise, acredito, nos ajuda a compreender também o caso da sociedade da Alemanha do século XV, pois as questões econômicas se refletem diretamente nas questões sociais e culturais permeadas pela religião. Se um certo catolicismo era necessário como alienação religiosa para que fossem suportadas as condições reais de exploração reinantes no feudalismo, alteradas essas condições por consequência se modificaram também os mecanismos da alienação religiosa. A Reforma e o protestantismo vêm, portanto, responder a essa nova realidade. E uma das formas pelas quais isso ocorrerá será pela introdução de uma nova concepção do trabalho.

3. A pedagogia dos humanistas

O humanismo é uma corrente de pensamento e um movimento cultural que coloca no homem sua preocupação principal. Segundo Manacorda (1989), nenhuma outra cultura se não a humanista teria sido tão sensível aos problemas de formação do homem.

O humanismo busca na racionalidade seu alicerce, entendendo que os interesses dos indivíduos devem ser sempre considerados. Segundo Chaunu (1975), ele foi um instrumento de conhecimento e um meio de pensamento, no qual o sujeito é colocado como centro. O autor revela que, nas universidades e com a secularização do saber, o

humanismo contesta a autoridade imposta pelos concílios e pelo papa. Dentre as principais características do humanismo, podem-se destacar a afirmação do indivíduo e a busca pelo retorno aos clássicos.

Os estudos nas escolas humanistas baseavam-se no tripé gramática, dialética e retórica. Nesse contexto, o retorno aos clássicos era uma reação à escolástica e à pedagogia medieval. Segundo Cambi (1999), essa nova pedagogia mudaria a imagem da infância e da juventude, valorizando sua autonomia, na sua diversidade, ingenuidade, dando uma nova visão da criança que permeará toda a cultura moderna e contemporânea.

Neste contexto, podemos perceber, segundo Jardimino (2009), duas tendências bem determinadas neste modelo pedagógico do humanismo renascentista: uma tendência que reivindica a liberdade do homem para desenvolver todas as suas potencialidades, longe dos obstáculos que o prendiam, como regras e disciplinas. Isso porque, sendo o homem naturalmente bom, não deveria se privar de nada, mas sim, guiar-se pelo livre-arbítrio. O objetivo era alcançar o pleno desenvolvimento humano nos saberes, nas artes, nas habilidades físicas e nos conhecimentos tanto práticos como teóricos.

Na escola medieval, a ciência estava relacionada com a arte e o formalismo dialético. Na pedagogia humanista, por sua vez, a ciência se traduz como um saber positivamente conhecido. Representa conhecimentos das coisas e dos seres, enfocando saberes sobre a natureza e o mundo físico, sobre o homem e sua história. O que persistiu da pedagoga escolástica, predominante nas escolas monásticas que visavam, sobretudo, a conciliar a fé cristã com o pensamento racional, foi a presença da dicotomia entre o bem e o mal, com a ignorância representando a expressão do mal.

A segunda tendência pedagógica humanistas-renascentistas dessa época é aquela enfatizada por Erasmo de Rotterdam, pensador que esteve muito próximo do pensamento da Reforma. Um dos escritos importantes de Lutero consiste em uma carta direcionada a Erasmo. Em um primeiro momento, ambos mantiveram relações de cortesia. Posteriormente, essas relações se transformaram em um debate acirrado sobre temas teológicos que os levou ao rompimento. Lutero buscou se reconciliar, mas não era de seu feitio tomar a iniciativa em situações como essa. Ele mesmo se considera uma pessoa colérica. A referida carta é rica para analisarmos as considerações de Erasmo sobre a Reforma, e estará nos anexos deste trabalho.

Segundo Jardimino, o pensamento erasmiano sobre educação, embora circunscrito na França, estava em sintonia com as aspirações da sociedade europeia de maneira geral, visto que seus escritos indicavam que, para ele, havia uma necessidade de um conhecimento científico universal, preocupando-se com a formação do professor mais do que com a do aluno, devendo o primeiro possuir um conhecimento enciclopédico. Para Erasmo, o saber é simplesmente um recurso pedagógico do qual o professor lança mão para ensinar seus alunos, os quais deveriam aprender o essencial para praticarem o discurso e a retórica, seja pela oralidade seja pela escrita. Os professores teriam a função de formar o gosto dos alunos pelo melhor. Esses não precisavam conhecer todos os autores e conceitos, mas através de uma boa explicação do professor, esses conhecimentos lhes poderiam ser acessíveis.

Para Erasmo, o estudo das línguas possui um lugar de destaque, o que permanece como tradição no currículo da escola da Reforma. Na referência de Jardimino:

Mesmo considerando que a língua nacional continuava sem o prestígio devido nos estudos, a pedagogia da Renascença aos poucos vai lhe dando melhor guarida, permitindo que os estudantes se expressassem para expor suas ideias e explicá-las;

porém, o latim, continuava como estatuto de melhor instrumento para a Educação. (Jardilino 2009, p. 39).

Durante a transição da pedagogia medieval para a pedagogia da renascença, vemos a introdução de novos recursos pedagógicos, alguns em vigor até os nossos dias. Para Erasmo, para entender a arte de escrever não bastava o exercício da leitura. O estudante deveria dedicar-se também à escrita, valendo-se também da transcrição de ditados, ou cópia de palavras erradas para fixar a grafia correta. Os primeiros esboços do caderno de caligrafia, por exemplo, foram compostos nessa época, com o título de A História do Vocabulário, no qual o aluno poderia exercitar sua escrita.

Sabemos que as tendências pedagógicas refletem as mudanças sociais de seu tempo. Erasmo e os demais humanistas estavam contribuindo para uma sociedade mais polida, o que, segundo Jardilino, era uma necessidade e uma exigência para a ascensão social.

A mobilidade social, fruto das rupturas econômicas ocorridas da sociedade, fez com que, pelo menos num primeiro momento, diminuísse a distância entre diferentes classes. As classes com maior poder aquisitivo sentiam-se próximas à nobreza, gerando uma sensação de satisfação e um furor por ser bem sucedido.

É neste contexto que vemos nascer o pensamento pedagógico da Reforma, com Lutero na Alemanha e Calvino na Suíça. Entretanto, neste estudo iremos nos deter somente ao pensamento do primeiro.

Lutero compreendeu que a educação básica seria uma das pilstras para sustentar o novo edifício que viria a ser a Modernidade, reivindicando das autoridades a criação de um sistema educativo, uma escola universal para todos, em especial para os filhos e filhas dos camponeses, camada social mais frágil frente às mudanças ocorridas.

Antes, porém, de analisar seu pensamento pedagógico, convém lembrar alguns aspectos de sua vida que também auxiliam na compreensão desse pensamento.

CAPÍTULO II - MARTINHO LUTERO

Segundo Chaunu (1975), a história da igreja não pode ser somente uma história coletiva, pois isso seria trair a verdade, visto que essa história é também a aventura individual de cada alma na sua relação com Deus, isto é, a história dos pecadores, dos santos e dos profetas, sem deixar de considerar que somos simultaneamente pecadores, santos e profetas.

Lutero está no centro da Reforma. Desde que descobriu a salvação espiritual pela fé, propôs uma nova hermenêutica bíblica, causando uma ruptura na forma tradicional de interpretar as Escrituras, antes acessíveis apenas ao clero. Reivindica, então, a universalização desse acesso, de modo que todos possam compartilhar das verdades reveladas.

Nasceu a 10 de novembro de 1483, em Eisleben, na Saxônia, Alemanha. Era uma localidade bem longínqua, com poucos professores, poucas escolas e uma implantação universitária tardia, longe do oeste alemão que era culturalmente denso. Sua família o batiza, como de costume, com o nome do santo do dia, Martinho. Ela passa por um processo de ascensão social, graças ao trabalho e inteligência de seu pai, Hans, que segundo Lucian Febvre (1978) queria ser temido e amado, pois era severo, mas também terno.

Nos séculos XV e XVI a principal forma de ascensão social era por meio da linhagem, pois as terras eram passadas por herança para o primogênito da família. Hans Luther só seria realizado completamente através de seu filho Lutero. Este, porém, foge para o convento, rebelando-se contra o pai, que não se agradava com o meio de vida escolhido pelo filho. Lutero dirá, posteriormente, que foi a severidade da família que o

fez ser tímido e querer estar em um convento, mas nunca contestou a pureza das intenções de seu pai. Em 1520 se reconciliam.

Lutero inicia seus estudos na escola latina de Mansfeld. Ao concluí-los, passa algum tempo em Madeburgo e em Eisenach, onde tem o primeiro contato com a Bíblia, que ele consultava na sala dos copistas. Ali se relaciona com grandes mestres, terminando seus estudos em gramática e latim. Segundo Chaunu (1975), esse jovem já demonstrava uma grande piedade e inquietude em seu relacionamento com Deus.

Esta inquietude se revela conforme se desenvolve sua relação com Deus, através da crença na justificação e na salvação através da morte e ressurreição de Jesus Cristo. Chaunu (1975) nos mostra que a educação de Lutero foi influenciada pela devotio moderna (devoção moderna), que compreende o apelo ao texto, mas, mais ainda, o apelo à imagem, o que era muito presente na época em questão. Vale lembrar que, também nessa época, é publicado o livro *A Imitação de Jesus Cristo*, de Tomás de Kempis, convidando o cristão a participar da cruz de seu salvador e mostrando que a relação de Deus com o homem só pode ocorrer se for absolutamente gratuita. Com Jesus julgando os atos da humanidade, não se faz necessária à mediação de terceiros, como a Virgem Maria e os santos.

Chaunu (1975) revela que, por razões sociais e pedagógicas, o ensino tradicional da Igreja esforça-se por manter as pessoas mansas, à espera de uma punição de Deus. Lutero, que viveu dentro deste contexto, descreve-o dizendo:

“Nunca era possível fazer penitências suficientes, nem cumprir as santas obras necessárias e por que, apesar de tudo, continuamos aterrorizados com a cólera de Deus, aconselhamos a virarmos para os santos que estão no céu e que se situam como mediadores entre Cristo e nós, ensinam-nos a rezar à amada mãe à amada mãe de Cristo, lembrando-nos que ela dera de mamar a seu filho e que ela poderia muito bem pedir-lhe para moderar sua cólera contra nós e assegurar sua graça” (apud, CHAUNU, 1975, p. 78).

Após concluir o mestrado em Erfurt, Lutero começa a estudar direito a pedido do pai, e nesse mesmo ano, 1505, ingressa na Ordem dos Eremitas Agostinianos. Alguns anos depois é ordenado e celebra sua primeira missa e passa a lecionar filosofia moral em Wittenberg, ao mesmo tempo em que prossegue seus estudos de teologia. Mais tarde, torna-se bacharel e, depois, em 1512, doutor em teologia, passando a lecionar sobre os Salmos na Universidade de Wittenberg, onde ocupa a cátedra de Escritura Sagrada e faz preleções exegéticas sobre os livros da Bíblia. Foi também nomeado Superior no Convento.

Já em 1517, Lutero afixa as 95 Teses sobre as indulgências e defende sua teologia em uma reunião dos Agostinianos, na porta da igreja castelo em Wittenberg, recusando-se a se retratar. Segundo Jardimino, Lutero entende a “justiça de Deus” como uma justiça passiva, com a qual Deus nos justifica pela fé. Dessa forma, bate de frente com as autoridades papais e dos concílios. A Igreja Católica, nesse momento histórico, impõe a seus fiéis indulgências e penitências que o cidadão deveria pagar por sua salvação. Lutero entra em confronto com a Igreja, discordando dessa prática, pois entende que a salvação se dá pela graça de Cristo.

Cabe esclarecer que Lutero escreve, primeiramente, 97 teses, as quais são destinadas a um jovem teólogo, seu aluno. É importante darmos atenção especial a esse acontecimento, pois, segundo Chaunu (1975), a historiografia tradicional se apega a uma cronologia curta, isolando as 95 teses, anteriormente citadas, das 97 escritas. Todas, no entanto, constituem um único documento. Seu aluno deseja o bacharelado em teologia e Lutero escreve as Teses para que ele possa argumentar. As 97 teses possuíam um conteúdo sobre a Teologia Escolástica e seu título era *Disputatio Contra Scholasticam Theologiam*. Contudo, os professores da Universidade se recusaram a

levá-las à discussão pública. As 95 afixadas, na porta do Castelo em Wittenberg, poderiam ter outro impacto e possuíam um propósito mais específico do que o de se posicionar diretamente contra as indulgências e a venda da salvação realizadas pela Igreja. Em uma de suas proposições, a de número 86, por exemplo, Lutero afirma que a fortuna do papa é maior do que a de qualquer poderoso rei da Líbia, e que ele deveria construir a basílica de São Pedro com esse dinheiro e não com o dos cristãos pobres.

Lutero se apega à graça de Deus, não reservando ao homem nenhuma participação na sua própria salvação. Considera uma quimera o homem conseguir amar a Deus sobre todas as coisas, pois isso só poderia acontecer pela Sua misericórdia (tese 5). Apoiar-se na carta que Paulo envia aos efésios (capítulo 2, versos 5 a 8), dizendo: “Porque pela graça sois salvos por meio da fé; e isso não vem de vós, é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie (...) somos criados para as boas obras, as quais Deus preparou para que andássemos nelas” (BÍBLIA, 2009, p. 1152). Nessa mesma direção, afirma em sua tese 40: “Não nos tornamos justos ao fazer aquilo que é justo, mas é depois de nos termos tornado justos que praticamos justiça. ”

As teses 41 a 53 marcam a ruptura com Aristóteles. Lutero afirma que a forma silogística nada compreende das coisas de Deus, o que também representa grande ruptura com o passado, após três séculos de predomínio do pensamento escolástico.

As 95 teses mostram conclusões de uma experiência de vida cristã. Segundo Chaunu (1975), a formulação Luterana é oportuna e popular, e começa a expressar-se na forma de sermões que, retomados e modificados, serão multiplicados pela imprensa a partir de 1518. Serão lidos, traduzidos, difundidos e divulgados. Notamos, portanto, a relevância da imprensa que surge nesse período também para difundir as ideias reformistas. Tal surgimento será, também, um dos estímulos à universalização da instrução.

As críticas de Lutero coincidem em muitos aspectos com as do humanismo cristão. Lutero vai contra o egoísmo de uma piedade que escapa á vontade de Deus, que negocia e que troca. Censura, assim, as indulgências e as penitências, pois, segundo ele, quem teme o inferno corre para ele. O medo, na realidade, nunca produz nada que tenha valor, não sendo essa a motivação adequada para nos relacionarmos com Deus.

Em 1520, escreve três documentos fundamentais para a Reforma Protestante: À nobreza cristã da nação alemã, O cativoiro babilônico da Igreja e A liberdade do cristão, os quais contribuem para que a Reforma se alastre pela Alemanha e França. Posteriormente, publica escritos sobre diversos temas sociais, mas relevantes para nosso estudo, pois tratam sobre sua visão de educação, organizados em Obra Seleccionada, v.5 sobre o título Ética: fundamentos, oração, sexualidade, educação e economia.

Tendo sido excomungado em 1521 pelo papa Leão X, pois se recusara a renegar seus escritos, e, no mês seguinte, condenado como herético e proscrito, por força de um edito, Lutero é sequestrado e ocultado no Castelo de Wartburg, onde permanece cerca de um ano e onde dá início a tradução do Novo Testamento para o alemão. No ano seguinte, esta tradução é publicada, juntamente com a obra Sobre a autoridade temporal.

É nessa época que mantém correspondências com Erasmo, nas quais discutem a doutrina da Reforma, em especial a polêmica do livre-arbítrio. Em 1524 acontece uma revolta dos camponeses e Lutero escreve uma Carta aberta aos conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs. Em 1525 escreve Contra as bordas, criticando essa revolta. Nessa carta, considera que os camponeses deveriam ser impedidos de praticar tais atos contrários à ordem - inclusive por meio de violência. Ele não mediu suas palavras, o que acabou servindo de justificativa para a violenta repressão da revolta que ocorreu subsequentemente,

revelando algo importante sobre a postura política elitista de Lutero. Pois todo o tempo aparentemente busca ter uma atitude democrática de ampliar o acesso à leitura da Bíblia e quebrar os privilégios do clero, entretanto apoia a nobreza contra os camponeses de maneira devastadora, em nome de manter a ordem social vigente.

Ainda em 1525 escreve também O cativo da vontade, contra Erasmo. Neste ano casa-se com Catarina von Bora. Um ano mais tarde, nasce seu filho Hans e escreve a Missa Alemã. Lutero passa a lutar contra enfermidades e intensa depressão. Escreve Castelo Forte, no mesmo ano em que nasce sua filha Elizabete. Posteriormente publica contra as ideias de Zuínglio acerca da interpretação teológica sobre a Eucaristia.

Em 1526 foi estabelecido, pela Dieta de Spira, que os cidadãos de cada Estado eram livres para seguir a fé que o seu príncipe achasse correta. Disso resultou um rápido crescimento do luteranismo. Porém, numa segunda assembleia, em 1529, compareceram em maioria os príncipes católicos perante Carlos V e revogaram a decisão anterior, declarando a fé católica a única legal, impedindo, desta maneira, o ensino luterano em todos os Estados. Isso causou uma grande intolerância contra os luteranos, os quais passaram a ser designados como “protestantes”, pois os mesmos reagiram a tal decreto.

Também em 1526, nasce sua filha Madalena, e Lutero publica o Grande catecismo e o Pequeno catecismo. Em 1530 morre seu pai.

Como Lutero havia sido excomungado, não pôde comparecer à Dieta de Augsburg, organizada na tentativa de pôr um fim às divisões religiosas do Império. Neste contexto, Filipe Melanchton, colaborador de Lutero, apresenta a obra Confissão de Augsburg, uma declaração das convicções luteranas, considerada um dos textos mais importantes para a Reforma. Nesse mesmo ano, Lutero publica o Sermão para que se mandem os filhos à escola. Entre 1532 e 1539 escreve sobre os pregadores

infiltrados e clandestinos. Publica a Bíblia alemã completa, redige os Artigos de Achmalkald como seu “testamento teológico” e, posteriormente, escreve contra os judeus em Contra os sabatarianos. Escreve também sobre os Consílios da Igreja e a Exortação à oração contra os turcos.

Ao fim de sua vida, redige seu testamento e ainda as obras: Sobre os judeus e suas mentiras e Contra o papado de Roma, uma instituição do diabo. Lutero morre em 1546, em Eisleben, um ano após o Concílio de Trento, que instaura a Contra-Reforma Católica.

Podemos observar facilmente a vastidão da obra de Martinho Lutero, bem como o fato de que, tanto essa obra quanto sua vida, refletiram as circunstâncias históricas por ele vivenciadas. Por conseguinte, a Reforma por ele liderada também representou uma resposta às necessidades trazidas por essas circunstâncias. Não há dúvidas da importância desse personagem para a história. Em seguida, procurarei me aproximar um pouco mais de suas posições educacionais, esforçando-me por identificar e compreender os avanços e permanências que se podem verificar em seu pensamento pedagógico.

CAPÍTULO III - A ESCOLA PARA TODOS, PÚBLICA E OBRIGATÓRIA

Jardiliano (2009) relata que muitos consideram Lutero não só como um agente que propiciou uma reforma religiosa, mas que permitiu também a libertação das mentes aprisionadas pelo escolasticismo, transformando-se em um grande reformador educacional e pedagogo da modernidade, pois possibilitou a criação de um novo sistema escolar que defendia o direito universal à educação.

De fato, Lutero produzia textos que alertavam e exortavam os poderes políticos para que criassem escolas públicas em cada municipalidade. Além disso, em seus sermões lutava para mudar a mentalidade medieval, que muitas vezes impedia os próprios pais de colocarem seus filhos na escola.

Para Lutero, a ignorância era um grande mal e a prosperidade da cidade estava diretamente ligada à educação. Ele diz:

[...] o progresso de uma cidade não depende apenas do acúmulo de grandes tesouros, da construção de muros de fortificação, de casas bonitas, de muitos canhões e da fabricação de muitas armaduras [...] o melhor e mais rico progresso para uma cidade é quando possuem muitos homens e muitas mulheres bem instruídos, muitos cidadãos ajuizados, homens bem instruídos, honestos e bem educados (LUTERO, 1995, p. 309).

Segundo Jardilino (1995), no contexto do século XVI, as escolas estavam abandonadas, as universidades eram pouco frequentadas e os conventos enfrentavam profunda crise. Lutero exortava não somente as autoridades à criação de escolas, mas também os pais que não se preocupavam que seus filhos estudassem sob o argumento de que já não iam seguir a vida clerical. A mentalidade era enviar os filhos para os estudos somente se os mesmos fossem se tornar padres. Lutero condena veementemente esse pensamento, pois o contexto social havia se alterado. Por isso, era importante

também que aprendessem uma profissão. Há, aqui, uma clara relação entre a defesa da instrução para todos e as mudanças na base material da sociedade. A posição de Lutero, favorável à instrução universal, não pode ser interpretada apenas do ponto de vista religioso e ético, mas também em sua relação com as mudanças na base material da sociedade. Ele afirmava: “o que se aprendeu até agora nas universidades e conventos a não ser ficar burro, grosso e estúpido? Houve quem estudasse vinte, quarenta anos e não sabe nem latim, tampouco alemão” (Lutero, 1995, p.306).

1. A pedagogia Luterana

A escola da Reforma é uma outra escola do humanismo, mais pragmática. Distancia-se do projeto pedagógico renascentista-humanista, pois se propõe um projeto de educação universal. Anteriormente à Reforma, não havia surgido essa preocupação com a universalidade do ensino. Vemos, portanto, que as mudanças no contexto sociopolítico, como mostra Jardimino, exigiram essa nova forma de capacitar os sujeitos para a nova realidade do século XVI, isto é, para as novas condições do trabalho e da produção.

Sobre o financiamento da educação, Lutero afirma que seria muito mais importante fazer doações em seu favor, do que, a cada ano, levantarem-se grandes somas para as armas, as pontes, as estradas e inúmeras obras. Mais importante que tudo isso seria destinar esses recursos para que a juventude tivesse professores bem preparados. Para Lutero, não priorizar a educação era um pecado cometido pelos pais e pelas autoridades: pelos pais, por não enviarem seus filhos às escolas; pelas autoridades, por sua omissão da responsabilidade de educar os jovens. Segundo Jardimino:

As exortações do reformador estão dentro de um quadro maior, de um contexto sociopolítico e econômico que exigia uma nova maneira de formar o sujeito para aquela sociedade. Formar e capacitar pessoas não para viverem na erudição do palácio, mas para darem conta das grandes exigências que se avizinhavam para a sociedade do acelerado século XVI (JARDILINO, 2009, p. 47).

Lutero reconhecia que a reforma da educação associava-se a uma reforma política: o Estado deveria arcar com o ônus da educação de seus cidadãos. Segundo Jardimino, essas ideias são o arcabouço da modernidade. Em primeiro lugar, porque rompem com a política de exclusividade da educação a uma aristocracia; em segundo lugar, porque, ao proporem uma escola inclusiva voltada a todos, tanto pobres como remediados, pressupunham a obrigatoriedade de se buscar uma nova metodologia de ensino.

Jardilino afirma que essa pedagogia propõe-se uma perspectiva mais lúdica; altera-se a concepção da criança, como veremos adiante, que até então era considerada como pequeno adulto; almeja-se, ainda, uma escola para além do conhecimento especulativo do humanismo renascentista, pois se entende que a aprendizagem deve ter um interesse e um fim: é a versão luterana da escola para o trabalho.

Há, aqui, uma noção de que a educação possibilita o trabalho e, dessa forma, a ascensão social, noção essa que será assumida posteriormente pelo liberalismo. Essa ideia defendida por Lutero se propaga rapidamente, produzindo e generalizando a crença de que o acesso à escola pode aumentar as possibilidades de ascensão social.

2. De quem é o dever de educar?

Para Lutero, a educação é tarefa igualmente secular e religiosa. Sendo assim, educar é um dever dos pais e uma responsabilidade do Estado. Aos primeiros cabe à

educação moral dos filhos, dando-lhes a oportunidade de adquirir um bem maior, qual seja, a salvação. Negligenciar esse dever seria incorrer em pecado. Ao Estado cabe a educação formal, mediante a instauração, sustentação e o controle da escola pública, gratuita e obrigatória para todos.

Assim, era inadmissível que pais e autoridades não cumprissem sua responsabilidade e esse desejo divino de educação para a juventude. Podemos ver, portanto, o conteúdo sociopolítico no projeto pedagógico da Reforma. Segundo Jardimino, ao afirmar o direito à escola, indica a responsabilidade do poder público no processo de formação do homem moderno.

Vale lembrar que, neste contexto, não existia mais a obrigatoriedade de enviar os filhos aos conventos, o que trouxe, de início, um grande problema para a educação da juventude. Isso porque, como não existe mais a perspectiva dos filhos se tornarem padres ou freiras, os pais passam a imaginar que não há mais necessidade de os mesmos serem instruídos. Daí as inúmeras exortações de Lutero para que enviem seus filhos às escolas, enaltecendo a importância e a relevância da educação. Em suas palavras:

[...] todas essas grandes obras [ofícios, governos, principados] podem ser realizadas por teu filho, podendo ele tornar-se essa pessoa útil, se o encaminhardes para essa carreira e o mandardes estudar. E tu podes participar de tudo isso, investindo teu dinheiro de modo excelente (LUTERO, 1995, p 349).

Lutero argumenta que a educação, embora cristã, deve ir além da formação eclesiástica e que, para tanto, é preciso que os pais, não apenas enviem seus filhos à escola, como também ajudem a custeá-la, quando for o caso. Isso poderia ser feito por meio de doações a essa causa primordial. Considera, também, que a razão principal de nossa existência é a educação da juventude e que não existe nenhum pecado maior perante Deus do que negligenciá-la contra as crianças. Em suas palavras:

De que nos valeria se, no mais, tivéssemos e fizéssemos tudo e fôssemos todos santos, mas deixássemos de fazer tudo aquilo que é a razão principal de nossa existência: a educação da juventude? Em minha opinião, nenhum pecado exterior pesa tanto sobre o mundo perante Deus e nenhum merece maior castigo do que justamente o pecado que cometemos contra as crianças, quando não as educamos (apud, Jardimino, 2009, p. 85).

3. O ofício de ensinar e o currículo escolar

Para Lutero, o ofício de ser professor só não era mais importante do que o de ser pastor, pois ambos dignificavam o homem. Ele diz:

[...] se pudesse ou tivesse que abandonar o ministério da pregação e outras incumbências, nada mais eu desejaria tanto quanto ser professor ou educador de meninos. Pois sei que ao lado do ministério da pregação, esse ministério é o mais útil, o mais importante e o melhor. Inclusive duvida sobre qual deles é o melhor (LUTERO 1995, p. 359).

Cambi (1999) afirma que, com o protestantismo, tem-se o princípio da pedagogia como direito-dever do cidadão em relação ao estudo, não estando mais o indivíduo condicionado a uma relação mediada pelo princípio da autoridade, segundo o qual a verdade era monopólio de alguns (clero). Uma vez alfabetizado, ele poderia ler as Escrituras, interpretá-las e se relacionar com Deus de forma autônoma.

Sobre a formação dos professores, vemos que a obra educativa de Lutero é um verdadeiro elogio ao ato de ensinar. Por conseguinte, para ele, a preparação daquele que ensina também se faz primordial. Daí a necessidade de que haja gente especializada para educar as crianças, em vez de confiar essa tarefa simplesmente aos mais velhos que, por vezes, não possuem aptidão para ela. Deve-se evitar esse equívoco, pois, do contrário, as crianças “nada aprenderão a não ser encher a barriga” (apud, Jardimino, 2009, p. 86).

Para Lutero, mesmo que os pais fossem aptos a assumir esse papel e desejassem fazê-lo, eles não teriam tempo nem espaço em face das outras atividades e serviços domésticos dos quais devem se encarregar. Portanto, é preciso manter educadores comunitários para as crianças, pois seria oneroso demais para um cidadão comum cumprir tal tarefa. Certamente, as famílias mais ricas são privilegiadas em face dessa exigência, pois têm condições de manter um educador para seus filhos. Lutero afirma que “será da competência do conselho e das autoridades dedicar maior cuidado e o máximo de empenho à juventude” (apud, JARDILINO, 2009, p. 87).

Para Jardimino, no contexto em questão, a educação passaria a ter novas exigências, tais como preparar os jovens para ofícios e preparar professores qualificados, já que é um ofício oneroso:

[...] Existe a necessidade de formar professores afinados com essa nova perspectiva de formação. A “divisão de classes”, mencionada por Lutero, nessa nova sociedade, deve continuar, mas agora com maiores possibilidades de ascensão, desde que o estudo seja prioridade. Os mestres-escola não deverão mais se conformar em ensinar aos filhos dos pobres a leitura, a escrita e o cálculo, pois isso só já não basta. (JARDILINO, 2009, p. 68).²

O professor já não é somente o erudito que conhece toda a literatura dos antigos; o estudo das línguas é resinificado para atender às necessidades de comunicação e de conhecimentos do comércio entre os povos, característica do novo contexto social.

Para ensinar e educar bem as crianças e a juventude, como já foi dito, é necessário gente especializada. Lutero advoga um estudo mais prolongado e intenso para as pessoas que se qualificam para os cargos de professor, de pregador e outras funções, chegando mesmo a defender que se dediquem exclusivamente aos estudos.

² A ideia de que a divisão de classes pode continuar e que o acesso à instrução permite a ascensão social será, posteriormente, um dos pilares principais da concepção liberal da educação.

Quando analisamos a biblioteca proposta por Lutero, também podemos ver as orientações curriculares por ele recomendadas. Segundo Jardimino, animado com os avanços do humanismo, com o progresso das artes gráficas e com a publicação de muitos livros, ele exorta as cidades não somente a criar e manter bibliotecas, mas também a que ingressem no universo da cultura, implantando acervos da formação geral. Dizendo que as bibliotecas são um grande veículo na municipalidade, adverte os conselhos da necessidade de difundir essa cultura para o povo. No entanto, de certa forma, também recomenda uma censura ou, pelo menos, “uma seleção”, como ele diz, no que se refere aos critérios de escolha das obras que devem compor o seu acervo. Ele diz:

Meu conselho, porém, não é que se ajunte toda a sorte de livros, indiscriminadamente e que se pense somente na quantidade de livros. Eu iria fazer uma seleção [...]. Em primeiro lugar deveria figurar a Sagrada Escritura em latim, grego, hebraico, alemão ou em outras mais línguas. Depois os melhores intérpretes e os mais antigos, ambos em grego, hebraico e latim, onde quer que pudesse encontrar. Depois livros úteis para aprender as línguas, como por exemplo os poetas e oradores, sem perguntar se são gentios ou cristãos, gregos ou latinos. Pois deles que se deve aprender a Gramática. Depois deveriam vir os livros sobre as artes liberais (Aritmética, Música, Geometria, Astronomia) e outras disciplinas. Por último também livros jurídicos e de medicina, embora também aqui se faça necessária uma seleção entre os comentários. Entre os mais importantes, porém, deveriam constar as crônicas e compêndios de História em qualquer língua que seja. Pois estes são maravilhosamente úteis para entender o curso do mundo e para governá-lo, mas também para enxergar os milagres e obras de Deus (LUTERO, 1995 p. 324).

Neste trecho vemos que Lutero avança em relação ao período anterior - da Escolástica - no sentido de recomendar também a leitura de obras não-cristãs, pois não se deve ter esse tipo de preconceito ao se ler um livro com o objetivo de aprender a gramática, por exemplo. É interessante essa abertura para acolher livros gentios, pagãos.

Tal atitude parece indicar um esforço de superação do conflito entre fé e razão, predominante no período anterior.

O estudo da língua, vemos ser importante e relevante, também algo presente na proposta educativa reformadora, como consequência dos ideais do movimento humanista, com a propagação do Renascimento na Alemanha. Também como forma de alcançar o objetivo inicial reformador: que os cristãos tivessem não somente livre acesso à Bíblia, mas fossem capazes de interpretá-la sem mediação. A aprendizagem das línguas seria, então, um instrumento para a garantia da liberdade do cristão no conhecimento da Escritura.

O novo currículo proposto, portanto, tem a Bíblia como cerne do ensino e, para melhor estudá-la, propõe o aprendizado das línguas antigas, como o hebraico, o grego, além do latim, consideradas santas e necessárias para um estudo mais aprofundado do Velho e do Novo Testamentos.

4. As relações de gênero, a educação da mulher

Podemos destacar, dentro dos temas abordados por Lutero, também a atenção com as condições das mulheres. Segundo Jardimino, Lutero demonstrava preocupações com o destino das mulheres que eram violentadas ou, no caso das mais pobres, que se tornavam prostitutas. Em seu texto *A nobreza cristã da nação alemã*, exorta à eliminação dos bordéis, incentiva o casamento, trata dos assuntos matrimoniais, noivado, relação sexual, adultério e divórcio.

Lutero defende a criação de escola para mulheres em todas as cidades. No entanto, apesar desses e outros avanços, há também permanências em suas posições. E, no que se refere à questão de gênero, considero que Lutero teve ao menos uma

permanência significativa: a educação feminina, para ele, deveria priorizar o preparo para o exercício das tarefas domiciliares. De todo modo, é preciso reconhecer que ele valoriza a educação de ambos os sexos. E, ao não preterir as mulheres, demonstra uma mudança de postura, embora relativa, em relação a elas. Em suas palavras:

[...] também o mundo precisa de homens e mulheres excelentes e aptos para manter seu estado secular exteriormente para que então os homens governem o povo e o país, as mulheres possam governar bem sua casa e educar bem os filhos e a criadagem (Lutero, 1995, p 318).

As mulheres e os homens devem ter acesso à escola igualmente, entretanto com distintos fins para cada um, com base no mesmo currículo e com professores de qualidade que ensinem bem as línguas e outras disciplinas para capacitá-los cada qual para o exercício de seu papel na sociedade. No entanto, para ele, as mulheres deveriam despender menos tempo do que os homens na escola, a fim de dar conta das tarefas domésticas. Diz Lutero:

Também uma menina pode despender diariamente uma hora para ir à escola e, ao mesmo tempo, cumprir perfeitamente suas tarefas domésticas. Porque seguramente gastam muito tempo, com dormir, dançar e jogar (Jardilino, 2009, p. 92).

Segundo Jardilino, as mulheres possuem dupla jornada de trabalho. E, assim como atualmente ainda existem profissões, como a de professora, estigmatizadas com o símbolo feminino, também no século XVI as mulheres poderiam estudar e se formar, mas só lhes restaria o ofício de professoras. Isso indica que cabia às mulheres a tarefa de ser mãe e de educar seus filhos e os da vizinhança, o que não deixava de representar certo avanço para a época, no sentido de indicar para a mulher um papel social que ia além do ambiente interno à família. Abriam-se, para ela, ainda que de forma bastante

restrita, possibilidades de realizar um trabalho do qual poderia extrair sua subsistência, valendo-se de sua formação, assim como ocorria com os homens.

Vemos, portanto, que Lutero não chega a propor uma igualdade de gênero, o que talvez fosse esperar demais para um homem de seu tempo. Apesar dos possíveis avanços em suas posições, sua exortação para que as mulheres disponham de menos tempo na escola para poderem se dedicar aos afazeres domésticos, desvela, também, seu compromisso com a manutenção da ordem social.

5. A dimensão lúdica na proposta educacional reformada: métodos de ensino

Como já foi mencionado, no contexto aqui examinado o conceito de infância - segundo o qual a criança era um adulto em miniatura - também estava passando por um processo de transição. Neste aspecto Lutero se antecipou ao seu tempo em termos pedagógicos. Segundo Jardimino, sua concepção de infância ressaltava a importância do prazer na arte de brincar, pular e dançar.

Nos quadros espalhados nos museus da época também se observa a inserção de movimento, com crianças representadas brincando, por exemplo. Também nas peças teatrais aparece a descrição de crianças com brinquedos, alguns conhecidos até hoje, como o cavalo de pau, o cata-vento, o pássaro preso a um cordão. Há também alguns brinquedos parecidos com bonecas. No século XVI, a dança também se fazia um dos elementos de expressão lúdica das crianças e da juventude.

Lutero pretendia incluir esses aspectos lúdicos na educação:

Ora, a juventude tem que dançar e pular e estar sempre à procura de algo que cause prazer. Nisso não se podia impedi-la nem seria bom proibir tudo. Por que então não criar escolas desse tipo e oferecer-lhes estas disciplinas? Visto que, pela graça de Deus, está tudo preparado

para que as crianças possam estudar línguas, outras disciplinas e História com prazer e brincando. Pois as escolas de hoje já não são mais o inferno e purgatório de nossas escolas, nas quais éramos torturados com declinações e conjugações, e de tantos açoites, tremor, pavor e sofrimento não aprendemos simplesmente nada. [...] Falo por mim mesmo, se eu tivesse filhos e tivesse condições não deveriam aprender apenas as línguas e a História, mas também deveriam aprender a cantar e estudar música com matemática. Pois o que é tudo isso a não ser meras brincadeiras de crianças nas quais os gregos outrora educaram suas crianças e do que resultavam pessoas excelentes, preparadas para toda sorte de atividades (LUTERO, 1995, p. 319).

Podemos ver aqui a magnitude das ideias de Lutero que, através da sua própria experiência escolar diretiva, maçante, repleta do temor das autoridades e com cópias em demasia, aponta a necessidade de aprender com prazer e questiona a forma medieval como o ensino era conduzido. Assim, valoriza não somente os jogos, mas também a importância do ensino da música e do canto. Questionando os métodos aplicados para disciplina, afirma:

Quando a disciplina é aplicada com maior rigor e tem resultado, o máximo que se alcança é um comportamento forçado ou de respeito; no mais continuam sendo meras toras, que não tem conhecimento nem nesta nem naquela área, não sabem responder nem ajudar a ninguém (apud, Jardimino, 2009, p. 91).

Propõe que a escola seja um local de ordem, que haja disciplina sim, mas de forma diferenciada dos métodos medievais que, segundo ele, levavam apenas a um comportamento forçado. Valoriza uma aprendizagem com sentido, devido à sua própria experiência escolar e familiar, na qual a disciplina dura fora utilizada.

Neste contexto, obviamente, ainda não há as contribuições de Vigotski, que só muitos anos mais tarde ressaltaria a importância do brincar para a criança, ensinando-lhe novas formas de desejos, de relacionamentos com o “eu” fictício dentro de um jogo, a importância das regras como base da ação real e da moralidade do sujeito. Novamente encontramos aqui um grande avanço na obra de Lutero.

Por outro lado, vemos também, nos escritos educacionais de Lutero, muitas permanências. Por exemplo, com relação ao ensino diretivo, exorta o professor a manter sua autoridade com clareza, de modo a “cuidar” do desenvolvimento da criança dentro de uma determinada ordem, para que dessa forma cresça adequadamente. Ele diz:

Deixaram a juventude crescer como as árvores no mato, sem se preocuparem como ensinar e educá-la; por essa razão se desenvolveram de modo tão deformado que não servem para nenhuma construção, havendo uma capoeira imprestável, útil somente para o fogão (apud Jardimino, 2009, p. 88).

O protestantismo, onde quer que tenha chegado, carregando consigo o ideal de mudanças sociais, tinha a educação como seu principal aliado. É, de fato, uma religião do livro, do discurso da importância da leitura e da escrita na língua materna, pois a mesma é essencial para se entender o sermão do pastor, para se ler e interpretar a Bíblia e para se cantarem os hinos nos serviços religiosos. Segundo Jardimino, a Escola, seja ela colégio, universidade ou paroquial, é um instrumento necessário para implantação e permanência do protestantismo em qualquer lugar. Há, portanto, também um objetivo de defesa da “nova religião”, ao defender a escola para todos.

Para Jardimino (2009), aparece com a Reforma uma estrutura mais democratizante, já que sua concepção religiosa é baseada na força leiga e sua doutrina do sacerdócio universal considera a todos como responsáveis por proclamar as verdades de Cristo, pois todos possuem essa ordenança. Além disso, entende o relacionamento pessoal com Deus como menos dependente dos superiores. A ascensão do leigo na estrutura religiosa protestante também alimenta a atmosfera de promoção social.

O magistério, as classes mistas, os novos métodos pedagógicos e as disciplinas que valorizam o trabalho, a educação física, do corpo e o divertimento, sempre estiveram presentes na proposta desse novo sistema educacional reformista.

Em suma, dentre os aspectos característicos da pedagogia da Reforma, mais precisamente, da pedagogia luterana, podemos destacar os seguintes: a afirmação do dever do Estado de educar o povo; a atribuição aos pais do ofício de educar moralmente os filhos; a exortação dos mesmos para que enviem seus filhos à escola; certo avanço na forma de enfocar as relações de gênero, permitindo o acesso das mulheres à educação, mas ainda defendendo que elas deveriam permanecer responsáveis pelos afazeres domésticos; a ludicidade contida nos métodos de ensino, inserindo música, canto e jogos dentro de sua proposta pedagógica; o valor que é dado ao ofício de educar e o reconhecimento de quão onerosa é sua realização, razão pela qual ela deve ser custeada pelo Estado com a colaboração dos pais. Esses e outros aspectos trariam relevantes transformações para educação resultante da Reforma religiosa.

CONCLUSÃO

Martinho Lutero, protagonista da Reforma Protestante é, sem dúvida, uma referência no que diz respeito à importância histórica da tomada de consciência do caráter laico e estatal da instrução e de sua concepção como um fundamento do próprio Estado. Além disso, ele buscou incentivar o respeito pelo trabalho manual produtivo, preocupando-se em oferecer uma instrução mais útil às camadas subalternas. Entretanto sabemos que todas as mudanças sociais são permeadas por interesses econômicos, políticos, sociais, enfim, interesses de classe, mais ou menos conscientemente assumidos, de modo que não existem escolhas neutras. Cada decisão revela algo do sujeito e do contexto em que ele está circunscrito.

Vimos como o contexto europeu do século XV, as transformações na base econômica da sociedade e a implantação do capitalismo fizeram com que surgissem mudanças também nas demais instâncias da sociedade.

Impôs-se a necessidade de uma nova formação para o homem, que atendesse às demandas desse novo contexto. Demandas que determinaram transformações na cultura como um todo: nas formas de relação entre os homens, nas crenças, nos valores, nos costumes, enfim, na visão de mundo hegemônica. A religião e a educação não foram exceções.

No Antigo Regime, a Igreja Católica detinha a hegemonia não somente no âmbito econômico, mas também no plano cultural, na produção e reprodução das visões de mundo que se tornavam senso comum. Em outros termos, ela possuía força suficiente para legitimar as relações verticais que predominavam na sociedade. Tudo

passa a ser questionado e modificado a partir das transformações sofridas pela sociedade, as quais gerarão a necessidade de mudanças também no plano cultural, religioso, enfim, no âmbito da superestrutura.

Com esse trabalho pude constatar como, dependendo do contexto e das necessidades da sociedade, as instituições religiosas, quaisquer que sejam elas, assumem um papel muito semelhante: o de contribuir para os interesses de alguns grupos, ainda que, individualmente, alguns de seus membros possam fazê-lo de forma inconsciente. Como revela Marx, a religião cumpre um importante papel na legitimação e manutenção do modo de produção. Assim, da mesma maneira como, a princípio, a Igreja Medieval cumpria seu papel legitimador das relações de opressão existentes, o Protestantismo também buscou autenticar as novas relações que passaram a existir com o incremento do comércio e o advento do capitalismo, ajudando a forjar uma nova concepção de trabalho, mais compatível com a sociedade nascente.

Martinho Lutero, com o objetivo de possibilitar para todo o povo uma religião cristã genuína, que em sua perspectiva deveria guiar a vida, questiona a ordem religiosa até então instalada. Com isso, a educação passa a ter um novo sentido, tornando-se algo de vital importância para se aprender um ofício e se ser útil para a sociedade.

Procurei com este trabalho ressaltar o grande movimento de mutação sociológica que foi a Reforma Protestante do século XVI, bem como algumas das repercussões que ela trouxe para a escola, que foi apenas uma das instituições, das inúmeras esferas da sociedade, atingidas por esse movimento.

Pude observar como Lutero trouxe para a educação um olhar mais pragmático que não existia até então, pensando inclusive nas massas populares. Para os reformadores, a educação não possuía um fim em si mesma, nem se constituía como um instrumento de reflexão e de conhecimento do mundo. Antes, ela se fazia uma

ferramenta para o aprimoramento da participação e das responsabilidades dos indivíduos na sociedade.

Procurei ressaltar, ainda, que, ao olharmos para a educação proposta por Lutero, primeiramente com o objetivo de instruir para que todos tivessem livre acesso às Escrituras, vemos alguns avanços importantes, mas também algumas permanências.

Quanto aos avanços, podem-se destacar: a preocupação em expandir o ensino para todas as camadas da sociedade, independentemente da classe social e do gênero; a atribuição ao Estado da responsabilidade de construir, manter e gerir escolas, mas ainda colocando a família como responsável por educar moralmente e enviar seus filhos para essas instituições; a afirmação da necessidade de que haja educadores bem preparados; a preocupação em manter bibliotecas para que mais pessoas pudessem ter acesso a uma diversidade de livros; a abertura para incluir no rol de livros aceitos também aqueles não-cristãos, mas que tivessem conteúdos interessantes, das mais diversas áreas, e que pudessem contribuir para a formação do indivíduo; um novo olhar para a infância, com a inclusão nas atividades escolares de jogos, brincadeiras, canto, música, enfim, elementos lúdicos que até então não estavam presentes na vida daqueles poucos que alcançavam o privilégio de estudar.

Com relação às permanências, considero que uma das principais se refere à inserção da mulher na sociedade, reservando a ela um tempo menor de permanência na escola e mantendo-a presa ao papel social de mãe e responsável pelos serviços domésticos.

Confesso que, durante a realização deste trabalho, fiquei em dúvida se Lutero foi um personagem anacrônico ou se foi fruto de seu tempo. Entendo agora que ele foi um pouco das duas coisas: certamente, foi em grande parte condicionado por seu tempo, mas também revela alguns anacronismos em sua história, pois realmente, sob vários

aspectos, destoou dos usos e costumes de sua época, batendo de frente com a Igreja à qual dedicou sua vida, influenciando muitos e repercutindo até atualidade.

Existem muitos aspectos que mereceriam aprofundamento, e outros tantos não abordados nesta pesquisa, como por exemplo, os que envolvem a repercussão da Reforma na modernidade e na contemporaneidade. Estudá-los, certamente, seria relevante, pois podem existir influências muito positivas na atualidade, que foram deixadas pelo ideário humanista e laico. O caso do Brasil, devido às influências do Catolicismo, tanto como religião quanto como corrente de pensamento predominante desde os anos quinhentos, mereceria ser olhado de uma perspectiva particular.

Neste trabalho ative-me aos séculos XV e XVI, na Alemanha, e ao advento da Reforma, procurando responder à questão inicial sobre os impactos desse movimento na educação, destacando a instituição da escolarização universal, que se constituiu como um grande marco histórico.

Ao concluí-lo, entendo quão significativas foram as influências deixadas pela Reforma na educação, muitas das quais perduram até os dias de hoje. Tais influências tornaram o ensino mais pragmático, democrático e, principalmente, introduziram definitivamente a preocupação de que ele fosse acessível a todas as camadas da sociedade, incluindo pobres e mulheres, e a exigência de que a responsabilidade por garantir esse acesso fosse assumida pelo Estado. De fato, esse talvez tenha sido o principal legado da Reforma para a história da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. Estado e educação em Martinho Lutero: a origem do direito à educação. Cad. Pesqui. [online]. 2011, vol.41, n.144, pp. 866-885. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742011000300012>. Acessado em 15 de novembro de 2012.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. As concepções educacionais de Martinho Lutero. Educ. Pesqui. [online]. 2007, vol.33, n.1, pp. 163-183. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022007000100011>. Acessado em 12 de novembro de 2012.

BÍBLIA, Sagrada. João Ferreira de Almeida Revista e Corrigida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

CAETANO, Wesley Rufino. Educação e Protestantismo: Contribuição Protestante para a Educação. [online] Mackenzie: 2008. www.mackenzie.br/.../GT2/Wesley_Rufino_Caetano_-_PAINEL.pdf. Acessado em 9 de out de 2011.

CAMBI, Franco. História da Pedagogia. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CHAUNU, Pierre. O tempo das Reformas (1250-1550) II. A Reforma Protestante. Lisboa: Lugar da História, 1975.

DURKHEIN, Émile. A evolução pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FEBVRE, Lucien. PAUL, Victor. Febvre: história. São Paulo: Editora Ática, 2ª ed. 1978. [Trad.: Maria Elizabeth Cabral]

LUTERO, Martinho. Obras Seleccionadas- Ética: fundamentos; oração. Sexualidade, educação e economia v. 5. São Leopoldo: Comissão Interluterana de Literatura Sinodal, 1995.

JARDILINO, José Rubens Lima. Lutero e a educação. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2009.

MARCOS. In: BÍBLIA, Almeida Revista e Corrigida, Rio de Janeiro: 2009

TESSALONECENSES. In: BÍBLIA, Almeida Revista e Corrigida, Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009

Timóteo. In: BÍBLIA, Almeida Revista e Corrigida, Rio de Janeiro: 2009

TIAGO: In: BÍBLIA, Almeida Revista e Corrigida, Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009

MARX, Karl. Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: ____ A questão judaica. São Paulo: Moraes, 1991.

MANACORDA, M. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 1989.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Quem se preocupa com as massas? Rio de Janeiro, Tempo & Presença. Koinonia. Ano 17,N.284. , Maio-junho 1995.

ANEXO

Carta de Martinho Lutero para Erasmo de Rotterdan³

Há bastante tempo eu me calo, caro Erasmo, e enquanto esperasse que tu, o mais eminente de nós dois, rompesse primeiro o silêncio, julguei que a própria caridade me mandava agora começar. E, principiando não te reprovarei, por teres permanecido afastado de nós, no temor, sem dúvida, de complicar a causa que sustentavas contra contra nossos inimigos, os papistas. Do mesmo modo não estou irritado com o que, em várias passagens por ti publicadas, com o fim de captar-lhes favores ou aplacar-lhes a raiva, tu nos tenhas incitado um pouco com dentadas e agulhadas bastante vivas. Certamente o Senhor ainda não te dotou de energia e do senso necessários a agarrar um mostro pelo gasnete, livremente, valentemente, e não penso em exigir de ti o que está acima de tuas forças. Ao contrário, respeito tua franqueza. Também ninguém pode negar que tu fizestes florir as letras, pelas quais se chega à verdadeira compreensão das Escrituras, e que esse dom de Deus não brilha em ti em admiráveis proporções. Por isso convém render-te graças. Também nunca desejei ver-te sair da reserva, em que te manténs, para entrar em nosso campo, onde, todavia, prestarias grandes serviços, pelo talento e eloquência; mas já que não tens coragem, melhor será servir a Deus nos limites que Ele te concedeu.

Temia-se apenas que tu te deixasses atrair pelos nossos adversários e atochasses teus livros de ataques á nossa doutrina, o que me obrigaria a erguer-me contra ti, frente a frente. Já não tenho contido alguns dos nossos que tinham preparado obras a fim de te arrastar na arena? Da mesma forma não desejaria ver publicada a “Espostulação de

³ Cf.: JARDILINO 2009, p. 35-37.

Hutten”, menos ainda a tua “Esponja de Hutten”. Pudestes ver nesta ultima circunstancia, e sentir, por ti mesmo, como é fácil dissertar sobre a moderação e criticar os meus arrebatamentos, mas resulta difícil, quase impossível, por essas belas lições em prática, se não se é auxiliado por um dom bem raro de espírito.

Acreditarás? Cristo é testemunha de que eu te lamento do fundo d’alma, quando vejo tantos ódios e paixões excitados contra ti, dos quais não posso crer – pois tua virtude é por demais frágil, para tais tempestades – que tu não sintas nenhuma emoção.

Talvez os nossos sejam estimulados por um cuidado legítimo: parece-lhes que tu os provocastes indignamente... Ora, eu, embora irritável e sempre arrastado pela cólera a escrever com azedume, não o fiz nunca senão os que se obstinavam. De minha indulgencia e doçura para os pecadores e ímpios, por insensatos e iníquos que fossem, minha consciência me é testemunha e posso apelar pela experiência de muita gente. Do mesmo modo contive minha pena, malgrado tuas picadas, e prometi conte-las até que te declarasse abertamente. Porque, quaisquer que sejam nossos desentendimentos, seja qual for a impiedade ou dissimulação, com que exprimes tua reprovação ou tuas duvidas, sobre os pontos mais importantes da religião, não posso, nem quero te acusar de obstinação. Mas, que fazer agora? Dos dois lados os espíritos estão envenenados. Certamente, se pudesse, serviria de mediador, desejoso que cessassem de te atacar com tanta fúria e que deixassem a velhice docemente adormecer, na paz do Senhor. E eles o fariam, julgo eu, se considerassem tua fraqueza, se apreciassem a grandeza desta causa que, desde longo tempo, já ultrapassou a mediocridade de seu porte.

De resto chegamos a este ponto, onde não há mais nenhum perigo a temer para a nossa causa, ainda que tu agisse contra nós, com todas as suas forças conjugadas; mas nossos partidários suportariam mal teus ataques: a fraqueza humana se inquieta e

amedronta diante da autoridade e do nome de Erasmo; uma só mordedura de Erasmo é mais terrível do que as agressões de todos os papistas reunidos.

Eis o que eu te queria dizer, caro Erasmo, como prova da candura e porque desejo que o Senhor te conceda um espírito digno de teu nome. Se Ele tardar a fazê-lo, contenta-te, ao menos, em permanecer como expectador do drama. Não juntes tuas forças às dos nossos adversários, não publique livros contra mim. Quanto àqueles que se queixam de ser atacados, em nome de Lutero, lembra-te que não são homens semelhantes a ti e a mim, aos quais é preciso dispensar indulgências e perdão e que, como disse S. Paulo, “é preciso carregar o fardo uns dos outros.” Basta que nos devoremos reciprocamente, o que daria ao mundo um espetáculo tanto mais lamentável quanto, certamente, nem em ti, nem em mim, existe pensamento contrário à beatitude de Deus.

Recebe de boa vontade minha infantil tagarelice e passa bem, em nosso Senhor.

Martinho Lutero.

Abril de 1524

